

# COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

## PROJETO DE LEI Nº 4.804, DE 2012

*Tipifica a conduta de deixar de repassar as contribuições ao FGTS recolhidas dos contribuintes à Caixa Econômica Federal, no prazo e forma legal ou convencional como crime de apropriação indébita do depósito de FGTS e dá outras providências.*

**Autor:** Deputado PAULO RUBEM SANTIAGO

**Relatora:** Deputada FLÁVIA MORAIS

### I – RELATÓRIO

O projeto de lei objetiva tipificar como crime de apropriação indébita a falta de repasse das contribuições ao FGTS recolhidas dos contribuintes à Caixa Econômica Federal, no prazo e forma legais, bem como propõe multa administrativa revertida em benefício do trabalhador.

As alterações propostas são as seguintes:

- a) eleva a multa prevista no Art. 22, §2º-A, inciso I, da Lei nº 8.036, de 1990, de cinco para cinquenta por cento e a prevista, no inciso II, de dez para cem por cento.
- b) altera a redação do Art. 22, §3º, da Lei nº 8.036, de 1990, para acrescentar o valor da multa prevista no §2º-A no cálculo do levantamento do débito.

- c) acresce inciso IV ao art. 168-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para dispor como apropriação indébita a conduta de deixar de “recolher, no prazo legal, contribuição ou outra importância destinada ao FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço à Caixa Econômica Federal, na forma prevista em lei”.

O Deputado Paulo Rubem Santiago fundamenta a proposição na necessidade de se fixar instrumentos com maiores poderes coercitivos para desestimular a prática corriqueira de não efetuar o recolhimento das parcelas devidas ao FGTS.

A matéria foi distribuída às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art., 54, RICD). A tramitação é ordinária, sujeita à apreciação pelo Plenário.

É o relatório.

## **II – VOTO DA RELATORA**

O não recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS é conduta muito lesiva. A falta do recolhimento prejudica toda a sociedade ao desfalcar programas de habitação e saneamento e, pontualmente, lesa o trabalhador que se vê forçado a buscar acordos trabalhistas que tem como premissa a renúncia de direitos.

Desta forma, temos que concordar com o autor do projeto que considera o “não recolhimento das contribuições devidas ao FGTS” como “conduta de extrema gravidade e de grande reprovabilidade social”.

A falta de recolhimento, infelizmente, é muito comum. Dados da Inspeção do Trabalho revelam que mais de 145 mil levantamentos de débitos foram efetuados no período compreendido entre 2003 e 2012. Isso revela que os instrumentos de coerção, embora postos em movimento, não são capazes de refrear a conduta.

Diante de difícil realidade experimentada pelos trabalhadores lesados, da disseminação da prática e da inadequação dos mecanismos coercitivos vigentes, somos convencidos da necessidade de se elevar o valor das multas e de se equiparar o não recolhimento ao conceito de apropriação indébita.

Contudo, discordamos da conceituação da falta de recolhimento como hipótese de apropriação indébita e já há legislação regulamentadora da mora salarial.

A apropriação indébita é, conforme definição do Código Penal, a apropriação de coisa alheia móvel, que esteja na posse ou detenção do quem comete o delito. O FGTS não recolhido é uma dívida do empregador para com o empregado, titular da conta vinculada, e não a apropriação de valor descontado do empregado, como se dá no caso de descontos efetuados no salário e não repassados para a seguridade social.

O Decreto-Lei n.º 368, de 1968, instituiu punições para os débitos salariais em atraso e a conceituação foi ampliada para abrigar também as hipóteses de falta de recolhimento de obrigações fundiárias. A pena prevista é mais branda do que a da apropriação indébita: detenção de um mês a um ano, ao invés de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Entendemos que a alteração mais apropriada, para não confundir dívidas do próprio empregador com apropriação indébita, é a de reforçar a punibilidade da mora contumaz. Motivo pelo qual optamos por oferecer Substitutivo à matéria.

Em vista do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.804, de 2012, na forma do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em        de        de 2013.

Deputada FLÁVIA MORAIS  
Relatora

## COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.804, DE 2012

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que *dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências*, para elevar valores de multa e o Decreto-Lei nº 368, de 19 de dezembro de 1968, que *dispõe sobre Efeitos de Débitos Salariais e dá outras providências*, para explicitar que débitos junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço podem configurar hipótese de mora contumaz.

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º Esta lei tem por objetivo estabelecer nova multa a ser paga em benefício do trabalhador em caso de atraso no pagamento das contribuições ao FGTS e aumenta a pena para a mora contumaz. Art. 2º Os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.036, de 1990, que *dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço*, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22.....

§ 2º-A. ....

I – 50% (cinquenta por cento) no mês de vencimento da obrigação;

II – 100% (cem por cento) a partir do mês seguinte ao do vencimento da obrigação.

§3º Para efeito de levantamento de débito para com o FGTS, o percentual de 8% (oito por cento) incidirá sobre o valor acrescido da multa de que trata o §2º-A e da TR até a data da respectiva operação.

Art. 23. ....

§1º Constituem infrações para efeito desta lei, sem prejuízo da responsabilidade penal:

.....” (NR)

Art. 3º Os caputs dos artigos 1º e 4º do Decreto-Lei n.º 368, de 19 de dezembro de 1968, *que dispõe sobre Efeitos de Débitos Salariais e dá outras providências*, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - A empresa em débito salarial ou em mora com as contribuições previstas na Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, não poderá:

.....

Art. 4º - Os diretores, sócios, gerentes, membros de órgãos fiscais ou consultivos, titulares de firma individual ou quaisquer outros dirigentes de empresa responsável por infração do disposto no Art. 1, incisos I e II, estarão sujeitos à pena de reclusão de um a dois anos.

.....” (NR).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Deputada FLÁVIA MORAIS  
Relatora

2013\_10553